

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	728.739
Preferenciais	0
Total	728.739
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.339.402	2.245.354
1.01	Ativo Circulante	48.211	63.980
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.360	39.335
1.01.03	Contas a Receber	15.179	14.894
1.01.03.01	Clientes	15.179	12.463
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	2.431
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	0	2.431
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.028	4.907
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.028	4.907
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.545	3.635
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.099	1.209
1.01.08.03	Outros	2.099	1.209
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	830	0
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.269	1.209
1.02	Ativo Não Circulante	2.291.191	2.181.374
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	124.845	131.416
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	24.523	22.757
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	24.523	22.757
1.02.01.06	Tributos Diferidos	37.523	33.916
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.523	33.916
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.793	4.209
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	59.006	70.534
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	58.786	70.314
1.02.01.09.04	Outras Contas a Receber	220	220
1.02.03	Imobilizado	2.216	2.148
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.216	2.148
1.02.04	Intangível	2.158.640	2.041.627
1.02.04.01	Intangíveis	2.158.640	2.041.627
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.158.640	2.041.627
1.02.05	Diferido	5.490	6.183

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.339.402	2.245.354
2.01	Passivo Circulante	439.967	436.434
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.226	7.579
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.226	7.579
2.01.02	Fornecedores	50.930	60.706
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	50.930	60.706
2.01.02.01.01	Fornecedores	33.179	44.476
2.01.02.01.02	Caução Contratual	17.751	16.230
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.897	12.806
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.995	10.726
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.902	2.080
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	53.559	54.795
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	53.559	54.795
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	53.559	54.795
2.01.05	Outras Obrigações	269.607	257.855
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	260.230	251.809
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	256.005	248.471
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.225	3.338
2.01.05.02	Outros	9.377	6.046
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	925	913
2.01.05.02.05	Adiantamento de Seguros	0	798
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	8.452	4.335
2.01.06	Provisões	43.748	42.693
2.01.06.02	Outras Provisões	43.748	42.693
2.01.06.02.04	Provisão para Investimento em Rodovia	23.879	23.595
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	19.869	19.098
2.02	Passivo Não Circulante	1.123.561	1.118.495
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	539.547	550.689
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	539.547	550.689
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	539.547	550.689
2.02.02	Outras Obrigações	514.627	500.280
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	514.627	500.280
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	514.627	500.280
2.02.04	Provisões	69.387	67.526
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.235	7.405
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.235	7.405
2.02.04.02	Outras Provisões	61.152	60.121
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	61.152	60.121
2.03	Patrimônio Líquido	775.874	690.425
2.03.01	Capital Social Realizado	832.496	739.996
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-56.622	-49.571

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.819	122.440
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-170.547	-105.646
3.03	Resultado Bruto	22.272	16.794
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.067	-4.843
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.227	-4.854
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.622	-4.375
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-604	-455
3.04.02.03	Tributária	-1	-24
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	160	11
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.205	11.951
3.06	Resultado Financeiro	-25.863	-24.850
3.06.01	Receitas Financeiras	1.859	1.056
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.722	-25.906
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.658	-12.899
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.607	4.386
3.08.02	Diferido	3.607	4.386
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.051	-8.513
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.051	-8.513
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,01200	-0,02410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.051	-8.513
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.051	-8.513

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.810	6.556
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.407	42.965
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo do período	-7.051	-8.513
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	21.394	15.548
6.01.01.04	Baixas de ativos permanentes	862	11.794
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-3.607	-4.386
6.01.01.07	Receitas com aplicação financeiras vinculadas	-717	-537
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	15.610	14.726
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	9.811	8.808
6.01.01.11	Despesas/(receitas financeiras dos ajustes e valor presente	1.535	1.504
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis	952	-19
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	618	4.040
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.043	-32.553
6.01.02.01	Contas a receber	-2.716	-3.713
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	2.431	-3.293
6.01.02.03	Impostos a recuperar	147	-1.275
6.01.02.05	Depósitos judiciais	4.463	0
6.01.02.06	Fornecedores	-4.099	-3.376
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	106	-2.902
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-582	-3.149
6.01.02.09	Obrigações sociais	647	308
6.01.02.10	Obrigações fiscais	-2.788	-1.597
6.01.02.15	Outas contas a pagar	4.543	22
6.01.02.16	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-122	-5
6.01.02.18	Pagamentos de juros	-12.073	-13.573
6.01.03	Outros	446	-3.856
6.01.03.02	Despesas antecipadas	506	-192
6.01.03.03	Outros créditos	-60	-1.926
6.01.03.04	Sinistros Recebidos	0	-1.738
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-124.260	-68.226
6.02.01	Aquisição do ativo imobilizado	-198	-222
6.02.02	Aquisição do ativo intangível	-122.745	-67.465
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-1.550	-1.734
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	233	1.195
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	77.475	60.238
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-12.272	-7.762
6.03.12	Risco sacado	-2.753	0
6.03.14	Aumento de capital	92.500	68.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.975	-1.432
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.335	14.188
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22.360	12.756

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.04	Transações de Capital com os Sócios	92.500	0	0	0	0	92.500
5.04.01	Aumentos de Capital	110.000	0	0	0	0	110.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	-17.500
5.04.08	(-) Capital a Integralizar	-17.500	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.051	0	-7.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.051	0	-7.051
5.07	Saldos Finais	832.496	0	0	-56.622	0	775.874

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	388.996	0	0	-4.531	0	384.465
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	388.996	0	0	-4.531	0	384.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	68.000	0	0	0	0	68.000
5.04.01	Aumentos de Capital	68.000	0	0	0	0	68.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.513	0	-8.513
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.513	0	-8.513
5.07	Saldos Finais	456.996	0	0	-13.044	0	443.952

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	200.197	128.596
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	76.590	63.503
7.01.02	Outras Receitas	123.607	65.093
7.01.02.01	Receita dos Serviços em construção	122.959	61.611
7.01.02.02	Outros	648	3.482
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-147.051	-85.519
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.301	-11.358
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.552	-3.777
7.02.04	Outros	-130.198	-70.384
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-122.959	-61.611
7.02.04.02	Outros	-7.239	-8.773
7.03	Valor Adicionado Bruto	53.146	43.077
7.04	Retenções	-21.394	-15.548
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.394	-15.548
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	31.752	27.529
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.300	14.580
7.06.02	Receitas Financeiras	1.859	1.056
7.06.03	Outros	14.441	13.524
7.06.03.01	Juros capitalizados	14.441	13.524
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.052	42.109
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.052	42.109
7.08.01	Pessoal	9.136	7.379
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.905	5.349
7.08.01.02	Benefícios	1.701	1.582
7.08.01.03	F.G.T.S.	530	448
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.707	2.100
7.08.02.01	Federais	-247	-1.205
7.08.02.02	Estaduais	0	1
7.08.02.03	Municipais	3.954	3.304
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.650	17.217
7.08.03.01	Juros	9.811	8.808
7.08.03.02	Aluguéis	433	223
7.08.03.03	Outras	6.406	8.186
7.08.03.03.01	Juros capitalizados BNDES	4.441	4.324
7.08.03.03.03	Outros	1.965	3.862
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.949	687
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.000	9.200
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.051	-8.513
7.08.05	Outros	15.610	14.726
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	15.610	14.726

Comentário do Desempenho



Joinville, 12 de maio de 2017 – Autopista Litoral Sul S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2017 (1T17), período encerrado em 31 de março de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: No 1T17 o tráfego pedagiado foi de R\$ 31,7 milhões de veículos equivalentes. O acréscimo de 4,1% em relação ao 1T16, está ligado ao fato de o trecho de concessão localizar-se no litoral juntamente ao período de férias escolares e feriados prolongados.

Receita Operacional Bruta: A Receita Operacional Bruta, excluindo o valor da receita de obras, foi de R\$ 77,1 milhões no 1T17, apresentando um aumento de 15,1% em relação ao 1T16. A variação, além do aumento no tráfego, corresponde ao reajuste tarifário em fevereiro/2017, onde a tarifa passou de R\$2,30 para R\$2,60.

Em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, as receitas de obras foram registradas na contabilidade, (conforme comentado nas notas explicativas) e tendo como contrapartida a conta custo dos serviços de construção de obras, ambas no mesmo valor, não causando impacto no resultado da companhia.

Custos e Despesas: Os Custos e Despesas, excluindo os custos de: serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, chega-se no montante de R\$ 32,6 milhões no 1T17 contra R\$ 29,3 milhões 1T16, um crescimento de 11,4%. A variação significativa ocorreu na provisão para contingências, onde a Sociedade figura no polo passivo em alguns processos regulatórios administrativos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Ainda nas despesas, houve aumento na conta de serviços de terceiros, em virtude do reajuste nos contratos de prestação de serviços, a fim de manter e atender a qualidade e as especificações da concessão. Nesse mesmo sentido novas contratações de seguros garantia foram efetuadas. No custo a variação mais relevante ocorreu na conta de consumo, onde o gasto com energia elétrica foi maior que o previsto devido à cobrança retroativa de pontos de energia elétrica na rodovia, esses não estavam sendo medidos no exercício de 2016. Na conta de pessoal a ocorreu a contratação de mão de obra temporária para cobrir os trabalhos dos horistas nas praças de Pedágio (gasto não realizado no exercício de 2016) e também o reajuste salarial que ocorreu em 2016 e afetou o resultado em 2017.

O custo dos serviços de construção, registrados em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, tem como contrapartida a conta receita de obras, no mesmo valor, não impactando no resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado da Companhia passou de R\$ 31,5 milhões em 1T16 para R\$ 37,2 milhões em 1T17. Embora tenha ocorrido uma melhora nas receitas de pedágio, o aumento nos custos e despesas, como comentado no parágrafo anteriormente, contribuíram para essa variação. Para melhor representar a aplicação do ICPC01 foram demonstrados os ajustes efetuados no quadro EBITDA Ajustado, onde foram excluídos os valores que afetam o EBITDA da Companhia. Esses ajustes não influenciaram o fluxo de caixa da Companhia.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras variaram 7% em relação ao 1T16. O maior impacto refere-se à elevação dos gastos com juros das contratações de empréstimos com a Arteris

Comentário do Desempenho



(Debêntures e Mútuos) e das novas entradas de recursos do contrato de financiamento de Longo Prazo com o BNDES (abril/16 e dezembro/16) vinculados a TJLP de 7,5% a partir de junho/2016.

Lucro Líquido: A Companhia obteve um prejuízo de R\$ 7,1 milhões no 1T17. No mesmo período do ano anterior a empresa apresentou um prejuízo de R\$ 8,5 milhões, uma redução de 17,2% em comparação 1T16. Em análise, contribuíram para esta variação o aumento nas contas de receita, principalmente na de receita com obras, onde as obras realizadas no período de 1T17 foram maiores que as do 1T16. As despesas financeiras, os custos e as despesas administrativas da companhia, já foram mencionados nos pontos anteriormente, e essas mesmo com variações positivas em algumas contas, não foram superiores ao crescimento da receita.

Endividamento: A Autopista Litoral Sul encerrou o 1T17 com um endividamento líquido de R\$ 546,2 milhões contra R\$ 511,7 milhões em 1T16. O aumento de R\$ 34,5 milhões deve-se à captação de recursos junto ao BNDES através do financiamento de longo prazo.

Investimentos: Foram investidos até março de 2017, R\$ 122,9 milhões, em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Com destaque principal para as seguintes obras: Implantação de Ruas Laterais, Implantação de Viadutos, Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia, Recuperação de Pavimentos e de Sinistros e a Obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão.

ANEXO 1 – TABELA DRE

Comentário do Desempenho



Veículos Equivalentes	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
Litoral Sul	31.685	30.421	30.444	4,2%	4,1%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	200.037	204.158	128.585	-2,0%	55,6%
Receitas de pedágio	76.590	70.038	63.503	9,4%	20,6%
Receitas de obras	122.959	133.820	61.611	-8,1%	99,6%
Receitas acessórias	488	300	3.471	62,7%	-85,9%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.218)	(6.373)	(6.145)	13,3%	17,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	192.819	197.785	122.440	-2,5%	57,5%
CUSTOS E DESPESAS	(156.220)	(165.167)	(94.941)	-5,4%	64,5%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(25.888)	(24.860)	(24.683)	4,1%	4,9%
Custo dos serv. de construção	(122.959)	(133.820)	(61.611)	-8,1%	99,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.310)	(6.068)	(4.139)	4,0%	52,5%
Remuneração da administração	(604)	(496)	(455)	21,8%	32,7%
Despesas tributárias	(1)	1	(24)	-200,0%	-95,8%
Provisão para manutenção em rodovias	(618)	50	(4.040)	-1336,0%	-84,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	160	26	11	715,4%	1554,5%
EBITDA	36.599	32.618	27.499	12,2%	33,1%
Margem EBITDA	19,0%	16,5%	22,5%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(21.394)	(21.821)	(15.548)	-2,0%	37,6%
Depreciação de imobilizado	(130)	(138)	(90)	-5,8%	44,4%
Amortização do intangível	(20.571)	(20.993)	(14.765)	-2,0%	39,3%
Amortização do diferido	(693)	(690)	(693)	0,4%	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(25.863)	(26.288)	(24.850)	-1,6%	4,1%
Receitas financeiras	1.859	1.528	1.056	21,7%	76,0%
Despesas financeiras	(27.722)	(27.816)	(25.906)	-0,3%	7,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(10.658)	(15.491)	(12.899)	-31,2%	-17,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.607	5.255	4.386	-31,4%	-17,8%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	3.607	5.255	4.386	-31,4%	-17,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(7.051)	(10.236)	(8.513)	-31,1%	-17,2%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
EBITDA ¹	36.599	32.618	27.499	12,2%	33,1%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	618	(50)	4.040	-1336,0%	-84,7%
EBITDA Ajustado ²	37.217	32.568	31.539	14,3%	18,0%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Litoral Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul ***S.A.***

Informações Trimestrais para o Trimestre Findo
em 31 de Março de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas S.A.AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont nº 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$391.756 (R\$372.454 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2017.

Notas Explicativas

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de março de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$101.178 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 31 de março de 2017, o montante de R\$383.087 (R\$502.797 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$475.500 (R\$469.926 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$1.705.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta – (“TAC”), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$51.500 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras já estão em andamento e as demais estão no processo de projeto, orçamento e análise da ANTT.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas S.A.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	3.151	3.920
Aplicações financeiras (*)	19.209	35.415
Total	<u>22.360</u>	<u>39.335</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,14% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	12.130	-	11.065	-
Cupons de pedágio a receber	106	-	249	-
Cartões de pedágio a receber	1.305	-	1.039	-
Receitas acessórias a receber	1.638	-	110	-
Outras contas a receber	-	220	-	220
Total	<u>15.179</u>	<u>220</u>	<u>12.463</u>	<u>220</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é como segue:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.658)	(12.899)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	3.624	4.386
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(17)	-
Total	<u><u>3.607</u></u>	<u><u>4.386</u></u>
 Crédito contabilizado	 3.607	 4.386
 Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>3.607</u>	<u>4.386</u>
	<u><u>3.607</u></u>	<u><u>4.386</u></u>

Notas Explicativas S.A.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	115.862	110.388
Provisão de participação nos lucros	3.395	2.972
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	8.235	7.405
Outras provisões	1.357	1.546
Provisão para manutenção de rodovias	81.021	79.219
Amortização acumulada de obras futuras	(6.340)	(6.606)
Ajuste dos encargos financeiros de obras futuras	6.950	6.655
Ajuste dos encargos financeiros (financiamentos)	(6)	(61)
Base de cálculo ativa	<u>210.474</u>	<u>201.518</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u><u>71.561</u></u>	<u><u>68.516</u></u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	14.067	12.414
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(7)	(6)
Base de cálculo passiva	<u>(100.113)</u>	<u>(101.765)</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u><u>(34.038)</u></u>	<u><u>(34.600)</u></u>
Base de cálculo	<u><u>110.361</u></u>	<u><u>99.753</u></u>
Alíquota nominal combinada	<u><u>34%</u></u>	<u><u>34%</u></u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u><u>37.523</u></u>	<u><u>33.916</u></u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Notas Explicativas

Período a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2018	2.415
2019	3.771
2020	3.925
Após 2021	61.450
	<u>71.561</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2017 o saldo é de R\$24.523 (R\$ 22.757 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,95% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

14

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2016	994	712	601	302	1.342	329	4.280
Adições	8	165	-	-	25	-	198
Saldo em 31.03.2017	<u>1.002</u>	<u>877</u>	<u>601</u>	<u>302</u>	<u>1.367</u>	<u>329</u>	<u>4.478</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2016	(575)	(462)	(168)	(136)	(695)	(96)	(2.132)
Depreciações	(21)	(30)	(28)	(12)	(30)	(9)	(130)
Saldo em 31.03.2017	<u>(596)</u>	<u>(492)</u>	<u>(196)</u>	<u>(148)</u>	<u>(725)</u>	<u>(105)</u>	<u>(2.262)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2016	419	250	433	166	647	233	2.148
Saldo em 31.03.2017	<u>406</u>	<u>385</u>	<u>405</u>	<u>154</u>	<u>642</u>	<u>224</u>	<u>2.216</u>
Taxas de depreciação - a.a.	9%	20%	20%	13%	12%	17%	

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Outras Imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2015	962	683	69	224	1.305	329	3.572
Adições	5	20	187	-	10	-	222
Alienações/baixas	-	(6)	-	-	(3)	-	(9)
Saldo em 31.03.2016	967	697	256	224	1.312	329	3.785
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2015	(492)	(360)	(69)	(100)	(581)	(63)	(1.665)
Depreciações	(21)	(23)	(4)	(6)	(28)	(8)	(90)
Saldo em 31.03.2016	(513)	(383)	(73)	(106)	(609)	(71)	(1.755)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2015	470	323	-	124	724	266	1.907
Saldo em 31.03.2016	454	314	183	118	703	258	2.030
Taxas de depreciação - %	9%	20%	20%	13%	12%	17%	

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

16

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.466.450	6.181	771.610	244	2.244.485
Adições	28.883	204	87.867	21.492	138.446
Transferências/Reclassificações	95.419	-	(86.914)	(8.505)	-
Alienações/baixas	(42)	-	(814)	(6)	(862)
Saldo em 31.03.2017	1.590.710	6.385	771.749	13.225	2.382.069
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(198.790)	(4.068)	-	-	(202.858)
Amortizações	(20.390)	(181)	-	-	(20.571)
Saldo em 31.03.2017	(219.180)	(4.249)	-	-	(223.429)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.267.660	2.113	771.610	244	2.041.627
Saldo em 31.03.2017	1.371.530	2.136	771.749	13.225	2.158.640
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.099.683	4.732	652.500	244	1.757.159
Adições	20.139	515	54.998	9.139	84.791
Transferências / Reclassificações	34.305	-	(34.305)	-	-
Alienações/baixas	(2.646)	-	-	(9.139)	(11.785)
Saldo em 31.03.2016	1.151.481	5.247	673.193	244	1.830.165
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(134.343)	(3.371)	-	-	(137.714)
Amortizações	(14.674)	(91)	-	-	(14.765)
Saldo em 31.03.2016	(149.017)	(3.462)	-	-	(152.479)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	965.340	1.361	652.500	244	1.619.445
Saldo em 31.03.2016	1.002.464	1.785	673.193	244	1.677.686
Taxas de amortização - %	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a construção do Contorno de Florianópolis.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016.

No trimestre findo em 31 de março de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$14.441 (R\$13.524 em 31 de março de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 10,01% ao ano e 10,08% ao ano em 2016.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(21.961)</u>	<u>(21.268)</u>
	<u>5.490</u>	<u>6.183</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	53.762	546.447	52.487	557.814
Risco sacado (b)	784	-	3.483	-
	<u>54.546</u>	<u>546.447</u>	<u>55.970</u>	<u>557.814</u>
Custo de transação	<u>(987)</u>	<u>(6.900)</u>	<u>(1.175)</u>	<u>(7.125)</u>
	<u>53.559</u>	<u>539.547</u>	<u>54.795</u>	<u>550.689</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Notas Explicativas S.A.

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,32% a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	596.295	606.321
(a)	Real	BNDES	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.914	3.980
(b)	Real	Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Avalacionista	784	3.483
						600.993	613.784

Em 31 de março de 2017, o saldo de R\$784 refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de março de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	55.974
2019	60.645
2020	65.682
2021	71.138
A partir de 2022	293.008
	546.447

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2017 o saldo de R\$33.179 (R\$44.476 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$17.751 (R\$16.230 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de março de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	4
<u>Coligadas</u>		
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias (c)	-	2.427
Total	<u>-</u>	<u>2.431</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (d)	255.155	247.733
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	850	738
<u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Centrovias S.A. (a)	-	1
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	4.225	3.337
Total	<u>260.230</u>	<u>251.809</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	514.627	500.280
Total	<u>514.627</u>	<u>500.280</u>

	TRIMESTRE					
	31.03.2017			31.03.2016		
<u>Contas de Resultado:</u>	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)(e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)(e)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(25.610)	(2.101)	-	(14.726)	(1.421)
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	(55)	-	-	(30)
Total	<u>-</u>	<u>(25.610)</u>	<u>(2.156)</u>	<u>-</u>	<u>(14.726)</u>	<u>(1.451)</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Refere-se ao adiantamento efetuado para a Latina Manutenção de Rodovias, com a finalidade de produzir materiais pétreos para a obra do Contorno Florianópolis.
- (d) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread de 1,4% ao ano para 2ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e juros respectivamente em 31 de março de 2018, 28 de abril de 2017, 3 de julho de 2017 e 19 de agosto de 2017. Conforme nota explicativa nº 27 foi aprovada a prorrogação do prazo de vencimento da segunda emissão de debêntures para 28 de abril de 2019.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.03.2018	CDI + 1,40% a.a.	30.000	8.399	30.000	7.287
28.04.2015	28.04.2017	CDI + 1,50% a.a.	122.518	32.666	122.518	28.144
03.07.2015	03.07.2017	CDI + 1,50% a.a.	20.000	4.875	20.000	4.152
19.08.2015	19.08.2017	CDI + 1,50% a.a.	30.000	6.697	30.000	5.632
			<u>202.518</u>	<u>52.637</u>	<u>202.518</u>	<u>45.215</u>

- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	4.000	4.588	4.000	4.354
17.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.735	5.000	5.443
25.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.294	2.000	2.177
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.176	8.000	8.709
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	6.882	6.000	6.532
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	11.470	10.000	10.886
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	11.470	10.000	10.886
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.735	5.000	5.443
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	17.000	19.499	17.000	18.506
10.06.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	15.000	7.976	15.000	7.320
10.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	30.000	14.995	30.000	13.710
08.10.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	35.000	17.157	35.000	15.668
24.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	17.487	40.000	15.881
05.03.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	25.000	10.561	25.000	9.567
01.04.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	12.378	30.000	11.194
09.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	35.000	13.954	35.000	12.586
20.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	20.000	7.656	20.000	6.883
02.03.2015	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	8.614	30.000	7.535
			<u>327.000</u>	<u>187.627</u>	<u>327.000</u>	<u>173.280</u>

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$321 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$283 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$604 (R\$455 em 31 de março de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Extraordinária de 18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de março de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$3.395 e R\$2.972.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os trimestres findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2017
Cíveis	373	309	-	(44)	638
Trabalhistas	385	79	(14)	(78)	372
Regulatórios (*)	6.647	688	(110)	-	7.225
Total	<u>7.405</u>	<u>1.076</u>	<u>(124)</u>	<u>(122)</u>	<u>8.235</u>

	31.12.2015	Adições	Reversão	Pagamentos	31.03.2016
Cíveis	619	37	(93)	(5)	558
Trabalhistas	<u>286</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>323</u>
Total	<u>905</u>	<u>74</u>	<u>(93)</u>	<u>(5)</u>	<u>881</u>

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 31 de março de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$7.225 (R\$6.647 em 31 de dezembro de 2016). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$8.427 (R\$7.520 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$1.164 em 31 de março de 2017 (R\$1.349 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$58.786 em 31 de março de 2017 (R\$70.314 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante os trimestres findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	23.595	19.098	-	60.121
Adições/Reversões	-	-	-	618
Utilizações	(10)	(3)	-	-
Ajuste a valor presente	294	-	-	1.187
Transferências	-	774	-	(774)
Saldo em 31.03.2017	23.879	19.869	-	61.152

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2015	-	14.520	63.506	25.144
Adições	(4)	-	4.044	-
Utilizações	-	(2)	-	-
Ajuste a valor presente	-	1	943	560
Transferências	1.255	-	(1.255)	-
Saldo em 31.03.2016	1.251	14.519	67.238	25.704

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de março de 2017 é de R\$849.996 (R\$781.996 em 31 de dezembro de 2016), compostos por 745.326.442 ações ordinárias e sem valor nominal (680.871.466 em 31 de dezembro de 2016), integralizadas pelo valor de R\$832.496 (R\$739.996 em 31 de dezembro de 2016) que representam 728.738.764 ações (642.689.648 em 31 de dezembro de 2016).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.07.2016 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	42.000
10.02.2017	AGE	Dinheiro	12.322.275	13.000	13.000
20.02.2017 (**)	AGE	Dinheiro	52.132.701	55.000	37.500
			64.454.976	68.000	92.500

(*) No decorrer do período findo em 31 de março de 2017 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20.07.2016 no montante de R\$42.000.

(**) Em 20 de fevereiro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$55.000, mediante a emissão de 52.132.701 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$37.500 em dinheiro até 31 de março de 2017, e o valor restante de R\$17.500 será integralizado em até oito meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Notas ExplicativasReserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita de serviços prestados	76.590	63.503
Receita de serviços de construção	122.959	61.611
Outras receitas	488	3.471
	<u>200.037</u>	<u>128.585</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita bruta	200.037	128.585
ISSQN	(3.930)	(3.306)
PIS	(537)	(469)
COFINS	(2.477)	(2.166)
Outras deduções	(274)	(204)
Receita líquida	<u>192.819</u>	<u>122.440</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.888)	(1.899)
Serviços de terceiros	(812)	(527)
Manutenção de bens e conservação	(179)	(100)
Depreciação / Amortização	(312)	(236)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(952)	19
Comunicação e marketing	(176)	(130)
Seguros/Garantias	2	(2)
Consumo	(404)	(382)
Transportes	(174)	(161)
Outros	(727)	(957)
Total	<u>(6.622)</u>	<u>(4.375)</u>
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(122.959)	(61.611)
Com pessoal	(5.646)	(5.025)
Serviços de terceiros	(8.442)	(8.443)
Conservação	(2.872)	(2.935)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.083)	(1.050)
Consumo	(2.122)	(1.581)
Transportes	(1.167)	(1.121)
Verba de Fiscalização	(2.762)	(2.585)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(321)	(304)
Seguros / Garantias	(804)	(936)
Provisão de manutenção em rodovias	(618)	(4.040)
Depreciação / Amortização	(21.082)	(15.312)
Outros	(669)	(703)
Total	<u>(170.547)</u>	<u>(105.646)</u>

Notas Explicativas

S.A.

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.296	849
Outras receitas	563	207
Total	<u>1.859</u>	<u>1.056</u>
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(25.421)	(23.534)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.535)	(1.504)
Outras despesas	(766)	(868)
Total	<u>(27.722)</u>	<u>(25.906)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	56.421	35.963
Juros capitalizados	14.441	13.524
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(55.161)	(32.161)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do período	(7.051)	(8.513)
Número de ações durante período	688.096	352.719
Prejuízo por ação	<u>(0,0102)</u>	<u>(0,0241)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os trimestres findos em 31 de março de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	-	3.151	-	-	3.920	-
Partes relacionadas	Nível2	-	-	-	2.431	-	-
Contas a receber clientes	Nível2	15.399	-	-	12.683	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	24.523	-	-	22.757	-
Outras contas a receber	Nível2	1.269	-	-	1.209	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível2	-	-	50.930	-	-	60.706
Fornecedores - Risco sacado	Nível2	-	-	784	-	-	3.483
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	600.209	-	-	610.301
Partes relacionadas	Nível2	-	-	774.857	-	-	752.089
Taxa de fiscalização	Nível2	-	-	925	-	-	913
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	8.452	-	-	4.335
		<u>16.668</u>	<u>27.674</u>	<u>1.436.157</u>	<u>16.323</u>	<u>26.677</u>	<u>1.431.827</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(52.223)	(65.217)	(78.187)
Receita de aplicações financeiras	3.754	4.693	5.632
Juros a incorrer líquido(*)	(48.469)	(60.524)	(72.555)
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(41.872)	(52.340)	(62.808)
Juros a incorrer líquido(*)	(41.872)	(52.340)	(62.808)
Juros a incorrer (*)	<u>(90.341)</u>	<u>(112.864)</u>	<u>(135.363)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$12.130 (R\$11.065 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que

Notas Explicativas

os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	Total
BNDES Automático	9,82%	24.348	24.299	24.298	24.256	97.201
		<u>24.348</u>	<u>24.299</u>	<u>24.298</u>	<u>24.256</u>	<u>97.201</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
BNDES Automático	9,82%	72.945	97.002	97.022	97.022	455.134	819.125
		<u>72.945</u>	<u>97.002</u>	<u>97.022</u>	<u>97.022</u>	<u>455.134</u>	<u>819.125</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Em 31 de março de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	133.431

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$61.481.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a prorrogação do prazo de vencimento da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Companhia, de 28 de abril de 2017, conforme previsto na Cláusula 4.7.1 do Instrumento Particular de Escritura de Emissão das Debêntures Segunda Emissão, para 28 de abril de 2019.

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
05.04.2017	AGE	9.500
20.04.2017	AGE	16.000
28.04.2017	AGE	4.000
		<u>29.500</u>

Abaixo relação dos aumentos de capital ocorridos na Sociedade:

Data	Aprovação	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado
18.04.2017	AGE	82.533.814	55.000	55.000
05.05.2017	AGE	7.216.495	7.000	7.000
			<u>62.000</u>	<u>62.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Litoral Sul S.A.

Joinville - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017.

Joinville, 12 de maio de 2017.

Diretoria

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Joinville, 12 de maio de 2017.

Diretoria

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente